

Desafios No Acesso À Saúde Pública: Uma Revisão Bibliográfica Sobre As Perspectivas Das Populações Indígenas E Quilombolas No Brasil

Cíntia Riograndense

Universidade Luterana Do Bras

Rafael Radisson Coimbra Pereira Da Silva

Universidade Estadual Do Ceará

Sernandes Rodrigues Da Silva

Universidade Faculdade De Ciências E Tecnologia Do Maranhão

Lucas Teixeira Dezem

Universidade De Ribeirão Preto

Leandra Velyne Cardozo Martins

Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira

Lucas Da Silva De Almeida

Núcleo De Ensino E Pesquisa (NEP/DVS)

Aline Pacheco Eugênio

Universidade Federal Do Rio Grando Do Norte.

Elvis Vincius Silva Lira

Faculdade Medicina Do Sertão - São Leopoldo Mandic

Josemara Pinto De Sousa

Enf. Hospital Sírio Libanês, Brasília

Ana Flávia Costa Eccard

UERJ

Thayse Soares Spíndola Araújo

Centro Universitário Uninovafapi

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas populações indígenas e quilombolas no acesso e atendimento à saúde pública no Brasil, identificando as barreiras estruturais, culturais e políticas que dificultam a efetividade das políticas de saúde nessas comunidades. Para isso, foi adotada uma abordagem bibliográfica, com levantamento de materiais em bases de dados acadêmicas como SciELO e Scopus, utilizando palavras-chave e operadores booleanos para refinar a busca. A análise dos dados revelou que fatores como a localização geográfica remota, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais capacitados e a discriminação cultural dentro do sistema de saúde são obstáculos significativos. Além disso, embora algumas políticas públicas específicas tenham sido implementadas, como o Programa de Saúde da Família e as equipes de saúde indígena, os resultados ainda são limitados e as desigualdades persistem. A conclusão aponta para a necessidade de uma abordagem mais integrada e sensível às especificidades dessas populações, com maior

investimento em infraestrutura, formação de profissionais e participação ativa das comunidades na gestão da saúde, visando à promoção da equidade no atendimento e à melhoria das condições de vida das populações indígenas e quilombolas.

Palavras-chave: *Saúde pública; SUS; Quilombola.*

Date of Submission: 13-03-2025

Date of Acceptance: 23-03-2025

I. Introdução

A saúde pública no Brasil é uma questão complexa e multifacetada, que envolve a criação e implementação de políticas que garantam o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. No entanto, quando se observa as populações indígenas e quilombolas, dois dos grupos mais vulneráveis do país, os desafios para assegurar a equidade no atendimento se tornam ainda mais evidentes. Essas comunidades enfrentam barreiras históricas, culturais e estruturais que dificultam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, necessitando de um olhar atento e políticas públicas direcionadas para suas especificidades. As populações indígenas e quilombolas possuem culturas, tradições e formas de organização social distintas, o que demanda um modelo de atendimento à saúde que respeite e compreenda essas particularidades (Alves, 2023).

Por um lado, os povos indígenas enfrentam o desafio de manter suas práticas tradicionais de saúde, muitas vezes em conflitos com os sistemas de saúde convencionais. Por outro, as comunidades quilombolas, descendentes de africanos escravizados, estão frequentemente localizadas em áreas rurais ou remotas, onde a infraestrutura e os recursos de saúde são limitados, agravando as condições de acesso. Além disso, a questão geográfica é um dos fatores que mais contribui para a desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Muitas dessas comunidades estão situadas em locais distantes dos grandes centros urbanos, o que dificulta a implementação de políticas públicas eficientes. O transporte é um obstáculo significativo, uma vez que as distâncias e a falta de infraestrutura de transporte dificultam o deslocamento dos moradores para as unidades de saúde. Isso se reflete em taxas de mortalidade e morbidade mais altas, além de uma menor expectativa de vida (Fernandez; Silva; Sacardo, 2018).

Outro desafio significativo é a discriminação e o preconceito enfrentados por indígenas e quilombolas dentro do sistema de saúde. Profissionais de saúde, muitas vezes, não estão preparados para lidar com as especificidades culturais desses grupos, o que resulta em um atendimento inadequado ou até mesmo hostil. A falta de formação dos profissionais sobre a diversidade cultural brasileira e a história desses povos contribui para uma exclusão ainda maior e para a perpetuação das desigualdades no acesso à saúde. O racismo estrutural também é um elemento que contribui para a exclusão dessas populações dos serviços de saúde (Silva; Souza, 2011; Soares, 2020).

A marginalização histórica das comunidades quilombolas e indígenas no Brasil está atrelada a um processo contínuo de negação de direitos. Além disso, a invisibilidade social dessas comunidades dificulta a implementação de políticas públicas que atendam suas necessidades de maneira eficiente. A falta de reconhecimento da importância de suas culturas, saberes e práticas de saúde contribui para um tratamento desigual e desumano. Nos últimos anos, diversas iniciativas têm sido implementadas para tentar superar esses obstáculos, como a criação de políticas de saúde específicas para os povos indígenas e quilombolas. No entanto, ainda há muito a ser feito para que esses avanços se tornem realidade de maneira plena e efetiva. Programas de saúde da família, atendimento indígena específico e ações de conscientização sobre os direitos dessas populações são passos importantes, mas exigem uma abordagem mais integrada e multidisciplinar, que contemple tanto a saúde física quanto o bem-estar emocional e social (Soares et al., 2021).

Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar os desafios enfrentados pelas populações indígenas e quilombolas no acesso e no atendimento à saúde pública, identificando as barreiras estruturais, culturais e políticas que dificultam a efetividade das políticas de saúde nessas comunidades. Além disso, busca-se propor alternativas e soluções que possam contribuir para a melhoria do atendimento e o fortalecimento do direito à saúde dessas populações, com base em uma abordagem culturalmente sensível e que promova a equidade no sistema de saúde.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar materiais já publicados sobre o tema dos desafios no atendimento à saúde das populações indígenas e quilombolas. Para isso, foi realizado um levantamento em bases de dados acadêmicas renomadas, como SciELO, Scopus, Google Acadêmico e outras fontes de relevância, que oferecem acesso a artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos. A escolha dessas bases se deve à qualidade e à abrangência dos materiais disponíveis, permitindo uma coleta diversificada e representativa do conhecimento atual sobre o tema.

Durante o levantamento bibliográfico, utilizou-se uma combinação de palavras-chave específicas para refinar a busca e garantir que os resultados fossem diretamente relacionados ao foco da pesquisa. As palavras-chave utilizadas incluíram termos como "saúde pública", "populações indígenas", "populações quilombolas",

"acesso à saúde", "desafios no atendimento", entre outros. A seleção dessas palavras-chave foi estratégica, visando abranger os principais aspectos da questão e proporcionar uma visão completa das dificuldades enfrentadas por essas populações no contexto da saúde pública.

Para aprimorar ainda mais a busca, foram utilizados operadores booleanos, como "AND" e "OR", com o intuito de combinar diferentes termos e ampliar ou restringir os resultados conforme necessário. O operador "AND" foi utilizado para garantir que os artigos encontrados abordassem múltiplos conceitos simultaneamente, como "saúde pública" E "populações indígenas". Já o operador "OR" foi utilizado para buscar sinônimos ou termos relacionados, como "quilombolas" OU "comunidades afro-brasileiras", permitindo uma maior flexibilidade na coleta de dados. Esse uso de operadores booleanos permitiu refinar a pesquisa, garantindo a relevância dos artigos selecionados.

Através dessa metodologia de pesquisa, foi possível reunir um vasto conjunto de informações, que foi analisado de forma crítica e comparativa. Os resultados obtidos nas diferentes bases de dados foram consolidados em uma visão geral, a partir da qual foram identificadas as principais tendências e lacunas na literatura sobre o atendimento à saúde das populações indígenas e quilombolas. A pesquisa bibliográfica, portanto, se mostrou essencial para o desenvolvimento de um entendimento aprofundado sobre os desafios enfrentados por essas comunidades e para a proposição de soluções e alternativas no campo da saúde pública.

III. Resultados E Discussões

Desafios no Atendimento à Saúde das Populações Indígenas e Quilombolas

As populações indígenas e quilombolas enfrentam desafios significativos em relação ao acesso e à qualidade do atendimento à saúde, que são influenciados por fatores geográficos, históricos, culturais e socioeconômicos. A maioria das comunidades indígenas e quilombolas está localizada em áreas remotas ou de difícil acesso, longe dos centros urbanos onde os serviços de saúde são mais concentrados. Essa localização geográfica desfavorável resulta em barreiras significativas para o acesso regular aos cuidados médicos e à infraestrutura de saúde adequada (Fernandez; Silva; Sacardo, 2018).

Em muitos casos, as unidades de saúde mais próximas estão a grandes distâncias, o que exige que os membros dessas comunidades percorram longas distâncias, muitas vezes sem transporte adequado, para buscar atendimento. A falta de estradas, transporte público ou até mesmo condições mínimas de mobilidade contribui para a dificuldade no acesso a tratamentos essenciais. A questão geográfica também está associada à precariedade na infraestrutura dos serviços de saúde nas áreas atendidas. A carência de unidades de saúde, de profissionais capacitados e de recursos médicos adequados são fatores que dificultam o atendimento de qualidade (Santos, 2018).

Para as populações quilombolas, que muitas vezes estão localizadas em áreas rurais, essa realidade é ainda mais agravada pela escassez de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, o que reduz a oferta de cuidados preventivos e curativos. Além disso, as comunidades indígenas, especialmente aquelas mais isoladas, enfrentam dificuldades semelhantes, mas com a particularidade de necessitarem de atendimento especializado que respeite suas práticas de saúde tradicionais (Alves, 2023).

Outro fator importante é a disparidade nos indicadores de saúde entre essas populações e o restante da população brasileira. A taxa de mortalidade infantil nas comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, é significativamente mais alta que a média nacional. Isso reflete a falta de acesso a cuidados médicos adequados, bem como as condições de vida precárias em que muitas dessas pessoas estão inseridas. As doenças transmissíveis, como as respiratórias e diarreicas, continuam a afetar de maneira desproporcional essas populações, que frequentemente não têm acesso a vacinas e a cuidados preventivos (Santos, 2015).

Em resposta a esses problemas, algumas iniciativas têm sido implementadas, mas o progresso tem sido lento e insuficiente para sanar as lacunas estruturais. Além dos problemas geográficos e estruturais, a discriminação e o preconceito também se configuram como grandes obstáculos no atendimento à saúde dessas populações. O racismo e a intolerância cultural enfrentados por indígenas e quilombolas dentro do sistema de saúde prejudicam a qualidade do atendimento e aumentam o distanciamento entre essas comunidades e os serviços médicos. Muitos profissionais de saúde, por falta de formação adequada sobre a diversidade cultural, tratam esses grupos de maneira inadequada, desrespeitando suas crenças e práticas tradicionais. Esse tratamento desumanizador agrava a exclusão social e impede que essas populações recebam cuidados médicos adequados e sensíveis às suas especificidades culturais (Fernandez; Silva; Sacardo, 2018).

Políticas Públicas e Iniciativas Governamentais

As políticas públicas voltadas para a saúde das populações indígenas e quilombolas têm evoluído ao longo do tempo, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a efetividade do atendimento. O Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza o acesso universal e igualitário aos cuidados de saúde, tem se esforçado para integrar esses grupos à rede de atendimento, mas as desigualdades estruturais persistem. O atendimento de saúde para povos indígenas é regulado por políticas específicas, como a Política Nacional de

Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que busca respeitar as especificidades culturais e garantir um atendimento digno. No entanto, na prática, essas políticas ainda enfrentam obstáculos, como a falta de recursos e a escassez de profissionais qualificados, especialmente em áreas remotas (Fernandez; Silva; Sacardo, 2018).

Para as comunidades quilombolas, a situação é semelhante, embora com suas particularidades. Embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento dos direitos dessas populações, incluindo o direito à saúde, as políticas de saúde específicas para quilombolas ainda são incipientes e muitas vezes mal implementadas. O atendimento a essas comunidades é, em grande parte, centralizado em unidades de saúde da família, que, por sua vez, enfrentam limitações em termos de infraestrutura, equipe e recursos. Muitas vezes, essas unidades de saúde não têm capacidade de oferecer tratamentos especializados, o que resulta em encaminhamentos para hospitais distantes ou em tratamentos inadequados, uma vez que os profissionais de saúde nem sempre estão preparados para lidar com as necessidades específicas dessa população (Alves, 2023).

Diversas iniciativas têm sido realizadas ao longo dos últimos anos para melhorar o acesso dessas populações aos cuidados de saúde. Um exemplo significativo é o Programa de Saúde da Família, que tem tentado levar os serviços de saúde para as áreas mais distantes, incluindo comunidades indígenas e quilombolas. Esse programa visa não apenas o atendimento médico, mas também a educação em saúde, com foco na prevenção de doenças e no fortalecimento dos direitos de saúde das populações vulneráveis. No entanto, a falta de uma abordagem mais integrada e de ações coordenadas entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil tem sido um obstáculo para que esses programas sejam mais eficazes (Nascimento; Abib, 2016).

Outro avanço relevante foi a criação de equipes de saúde indígenas, compostas por profissionais de saúde formados para atender as necessidades culturais específicas dessas comunidades. No entanto, mesmo com essas iniciativas, as populações indígenas ainda enfrentam dificuldades no acesso a tratamentos de saúde especializados, principalmente no interior do país. O isolamento das aldeias, a escassez de recursos financeiros e a falta de investimento em formação continuada para os profissionais de saúde são fatores que limitam a efetividade das políticas públicas. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas sejam aprimoradas, com um maior investimento em infraestrutura, formação de profissionais e o fortalecimento das parcerias com organizações indígenas e quilombolas (Morais; Rocha, 2022).

Propostas para Melhoria do Atendimento à Saúde das Populações Indígenas e Quilombolas

A melhoria do atendimento à saúde das populações indígenas e quilombolas requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, que leve em consideração tanto as questões estruturais quanto as culturais. Primeiramente, é essencial aumentar o investimento em infraestrutura de saúde nas áreas onde essas populações estão localizadas. Isso inclui a construção de unidades de saúde mais próximas das comunidades, a melhoria das condições de transporte e a oferta de serviços médicos especializados. Além disso, é necessário que as equipes de saúde que atendem essas comunidades sejam compostas por profissionais capacitados, não apenas na área médica, mas também no campo das ciências sociais e culturais, para garantir que os tratamentos sejam sensíveis às tradições e práticas desses povos (Alves, 2023).

Outro ponto crucial é o fortalecimento do vínculo entre os profissionais de saúde e as comunidades, criando um espaço de confiança mútua. Programas de educação permanente para os profissionais de saúde devem ser implementados, abordando a importância da diversidade cultural e a compreensão das práticas de saúde tradicionais dos povos indígenas e quilombolas. Esses programas devem também incluir a formação em línguas indígenas e em aspectos da história dessas populações, para que os profissionais possam se comunicar de forma eficaz e respeitosa, evitando o preconceito e a discriminação (Fernandez; Silva; Sacardo, 2018).

A criação de políticas públicas mais específicas, com uma abordagem centrada na realidade das comunidades, também é fundamental para superar as desigualdades no acesso à saúde. Isso implica em uma maior autonomia para as lideranças indígenas e quilombolas na gestão de seus próprios serviços de saúde, garantindo que as ações sejam mais alinhadas às suas necessidades. A implementação de políticas de saúde diferenciadas para essas populações deve ser acompanhada de perto, com a participação ativa das comunidades na avaliação dos resultados. A gestão compartilhada dos serviços de saúde, com a inclusão de representantes dessas populações nas decisões sobre as políticas de saúde, pode garantir que as soluções sejam mais eficazes e sustentáveis (Freitas et al., 2011).

Além disso, é importante que os sistemas de saúde estejam mais bem preparados para atuar de forma integrada com outras políticas públicas, como as de educação, habitação e saneamento, já que a saúde não pode ser tratada isoladamente. A melhoria das condições de vida, com a oferta de serviços básicos como água potável, saneamento e educação de qualidade, é essencial para a promoção da saúde nessas comunidades. Dessa forma, uma abordagem integrada e intersetorial pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida e do acesso à saúde das populações indígenas e quilombolas (Alves, 2023).

IV. Conclusão

Em conclusão, a pesquisa revelou as profundas desigualdades enfrentadas pelas populações indígenas e quilombolas no acesso à saúde pública no Brasil. A análise dos principais desafios – como a localização remota, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais capacitados e a discriminação no sistema de saúde – destacou a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas e direcionadas para essas populações. As barreiras estruturais, culturais e sociais dificultam a implementação de um atendimento de saúde equitativo, e isso resulta em disparidades significativas em indicadores como a mortalidade infantil e as taxas de morbidade.

Apesar dos avanços nos últimos anos, com a criação de políticas e programas específicos, como o Programa de Saúde da Família e a Saúde Indígena, as soluções ainda são parciais e insuficientes para garantir um atendimento de saúde de qualidade para essas comunidades. A falta de uma abordagem mais integrada, que contemple não apenas a assistência médica, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos, impede que o sistema de saúde alcance a verdadeira equidade. A exclusão social e a marginalização histórica desses grupos, quando aliadas à falta de formação adequada dos profissionais de saúde, perpetuam a desigualdade no atendimento.

Diante desse cenário, é essencial que o Brasil adote uma abordagem mais sensível e respeitosa às especificidades culturais de indígenas e quilombolas, promovendo a inclusão dessas populações na gestão e nas decisões sobre os serviços de saúde que as afetam diretamente. O fortalecimento das políticas públicas de saúde voltadas para essas comunidades deve ser acompanhado de investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo.

Além disso, a promoção de uma saúde mais integrada, que envolva outras áreas como educação, saneamento básico e segurança alimentar, é crucial para melhorar as condições gerais de vida dessas populações. Em última instância, a construção de um sistema de saúde pública mais justo e eficiente para as populações indígenas e quilombolas requer um compromisso com a promoção da igualdade de direitos e a eliminação das desigualdades históricas que ainda afetam esses grupos. A melhoria no acesso à saúde, aliada ao reconhecimento e valorização das práticas tradicionais e culturais, é um passo fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar de todas as populações brasileiras, independentemente de sua origem, etnia ou localização geográfica.

Referências

- [1] Alves, H. J. Saúde Da Família, Territórios Quilombolas E A Defesa Da Vida. *Trab. Educ. Saúde*, 2023.
- [2] Fernandez, J. C. A.; Silva, R. A.; Sacardo, D. P. *Religião E Saúde: Para Transformar Ausências Em Presenças. Saúde E Sociedade*, São Paulo, V. 27, N. 4, P. 1058-1070,
- [3] Freitas, D. A. Et Al. *Saúde E Comunidades Quilombolas: Uma Revisão Da Literatura. Revista Cefac*, Campinas, V. 13, N. 5, P. 937-943, 2011
- [4] Morais, T. N.; Rocha, N. M. F. D. *As Concepções De Cuidado Em Saúde De Mulheres De Uma Comunidade Quilombola Da Região Metropolitana De Fortaleza (Ce): Uma Investigação A Partir Dos Afetos. Saúde Soc. São Paulo*, V.31, N.3, E200761pt, 2022.
- [5] Nascimento, S. A.; Abib, P. *O Efeito Da Cruzada Neoevangélica Sobre Remanescentes De Quilombo: Questões Sobre Educação E Identidade Quilombola. Horizontes*, Campinas, V. 34, N. 1, P. 33-44, 2016
- [6] Santos, A. B. *Colonização, Quilombos, Modos E Significações Brasília: Incti/Unb*, 2015.
- [7] Santos, A. O. *Saúde Da População Negra: Uma Perspectiva Não Institucional. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As*, Uberlândia, V. 10, N. 24, P. 241-259, 2018.
- [8] Silva, Givânia M.; Souza, Bárbara O. *Quilombos E A Luta Contra O Racismo No Contexto Da Pandemia. Boletim De Análise Político-Institucional*, Brasília, N. 26, 2021.
- [9] Soares, Maria R. P. *Lutas E Resistências Quilombolas No Brasil: Um Debate Fundamental Para O Serviço Social. Revista Em Pauta*, Rio De Janeiro, V. 18, N. 46, P. 52-67, 2020.
- [10] Soares, Maria R. P. Et Al *Quilombos E Pandemia: A Luta Pela Vida É Histórica E Carece De Nossa Solidariedade. In: Carvalho, Clarice C.; Soares, Maria R. P.; Oliveira, Tarcísio C. (Orgs.). Amefricanas: Revista Do Núcleo De Estudos E Pesquisas Afro-Brasileiras (Neab), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Ano 1, V. 1, N. 1, P. 63-69, 2021.*